

Resumo do Relatório Semestral – Segundo Semestre de 2021

1. Introdução

- 1.1. Em conformidade com o estabelecido no parágrafo 2º do artigo 15 da Resolução CMN nº 4.910, de 27/05/2021, e no parágrafo 2º do artigo 6º de seu Regimento Interno, o Comitê de Auditoria (COAUD) do Banco da Amazônia S.A. apresenta o resumo de seu Relatório Semestral referente ao período de 1º/07/2021 a 31/12/2021.
- 1.2. As atribuições e responsabilidades do COAUD do Banco da Amazônia estão em conformidade com aquelas definidas pela lei nº 13.303, de 30/06/2016, inclusive com o respectivo decreto regulamentar nº 8.945, de 27/12/2016, e pela Resolução CMN nº 4.910, de 27/05/2021.
- 1.3. As atividades do Comitê foram conduzidas com base no plano de trabalho anual aprovado pelo Conselho de Administração no início do exercício.
- 1.4. Entre outras funções, cabe ao COAUD avaliar a qualidade das demonstrações contábeis da Instituição, monitorando a qualidade e a integridade dos mecanismos de controles internos dos processos que as compõem; aferindo com razoável segurança a efetividade dos trabalhos das auditorias interna e independente; avaliando e monitorando a exposição a riscos, bem como os mecanismos, a existência e a suficiência dos controles desses riscos.

2. Atividades desenvolvidas

- 2.1. O COAUD, órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração, cumpriu suas atribuições legais e regulamentares. Mantém, no endereço eletrônico https://www.bancoamazonia.com.br/index.php/component/breezingforms/ff_form/8/ff_page/1?ff_form=8&ff_page=1, canal para recebimento de informações acerca eventuais descumprimentos de normativos e códigos internos, bem como de dispositivos legais e regulamentares aplicáveis à Instituição e informa que não recebeu nenhum relato nesse período por este canal.
- 2.2. Como forma de contribuir para a melhoria dos padrões de governança corporativa, promoveu reuniões formais com representantes da alta administração e com executivos das áreas de negócios, controles internos, gestão de riscos, contabilidade, segurança corporativa, jurídica, governança, crédito, finanças, tecnologia da informação, ouvidoria, além de sua participação em reuniões do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, do Comitê Estratégico de Risco, Crédito e de Capital, Comitê de Pessoas, elegibilidade, Sucessão e Remuneração e de assembleias de acionistas.
- 2.3. Na interação com as auditorias interna e externa, avaliou os seus planos de trabalho, tomou conhecimento de resultados das revisões do sistema de controles internos e apreciou as respectivas conclusões e recomendações.
 - 2.3.1. Avaliou e enfatizou a necessidade de implementação das recomendações de auditoria emitidas por elas e por órgãos externos de fiscalização e controle, que vêm sendo cumpridas ou programadas pela Administração.
 - 2.3.2. Identificou oportunidades de melhorias e recomendou à Administração aprimoramentos de controles.
- 2.4. Conforme Comunicação do ao Mercado divulgado em 12 de novembro de 2021 e Fato Relevante divulgado publicado em 17 de março de 2022, a administração do BASA tomou

Resumo do Relatório Semestral – Segundo Semestre de 2021

conhecimento por intermédio da Corregedoria Geral da União (“CGU”) de suspeitas de irregularidades na contratação de operações de crédito realizadas entre os anos de 2012 e 2014 com o Grupo MB Capital que totalizaram R\$ 119.961.378,46. Ditas suspeitas foram comunicadas ao Banco em 16/09/2020, por meio do ofício nº 16373/2020/NAC3-PA/PARA/CGU. Valor já provisionado em exercícios anteriores.

- 2.5. Em 30/11/2020, a AUDIT iniciou a Sindicância Investigativa 0044-2020, que foi prorrogada em quatro oportunidades, sendo encerrada em 25/10/2021, sugerindo ao Conselho de Administração a instauração de sindicância investigativa dos fatos da sua alçada, bem como de procedimentos disciplinares perante os órgãos competentes para apuração de eventuais regularidades. Em 04/01/2022, a CGU avocou a apuração de todo o processo
- 2.6. Em 24/02/2022, o auditor independente informou a administração seu entendimento de que se fazia necessária a adoção dos procedimentos preconizados na Norma Brasileira de Contabilidade, CTA 30, de 17/06/2021, para a obtenção de evidências adicionais de auditoria para a emissão do relatório de parecer de auditoria. Ato contínuo, o BASA formalizou a contratação de serviços de e-Discovery e análise forense pela FTI Consultoria Ltda. (“FTI”) para obter apuração independente sobre eventuais indícios de irregularidades na contratação das referidas operações de crédito, bem como de assessores jurídicos para o acompanhamento das investigações.
- 2.7. A administração esclarece que a FTI elaborou um plano de investigação escalonado em fases. Foram inicialmente priorizados os levantamentos relacionados aos administradores que haveriam de assinar a carta de representação aos auditores. Essa etapa já foi concluída não tendo sido identificada nenhuma circunstância que pudesse desabonar a conduta dos profissionais em questão. A fase seguinte já está incluída no objeto do contrato formalizado com a FTI. Ela envolverá levantamentos relacionados a um ex-administrador do BASA e a coleta dos registros eletrônicos das demais pessoas potencialmente envolvidas, selecionadas conforme critérios de relevância definidos pela FTI.
- 2.8. O plano de investigação antes referido foi aprovado pela comissão de investigação constituído pelo BASA e os trabalhos prosseguirão, acompanhados por este COAUD, até que se obtenha um resultado considerado suficiente pela administração e pelos auditores externos. A administração optou, porém, por diferir a contratação das fases subsequentes da investigação para um momento posterior, para que o Banco possa reavaliar continuamente o alcance dos esforços investigatórios, com base na análise dos achados das fases iniciais.
- 2.9. Ainda em relação as demonstrações contábeis foi adicionado a nota explicativa no. 29 – Eventos subsequentes: Contratação que formaliza que a fase 1 da investigação foi concluída e os resultados encontrados foram satisfatórios e não indicam indícios de atos ilegais ou impactos para as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 assim como a continuidade dos trabalhos de investigação que seguem em andamento.
- 2.10. Portanto em relação ao status dos trabalhos especiais de investigação, bem como, os procedimentos conduzidos pelos auditores independentes, denominados “Shadow Procedures” conduzidos exclusivamente para fins de corroboração das demonstrações contábeis, não nos foi revelado qualquer indicação sobre a necessidade de ajustes

Resumo do Relatório Semestral – Segundo Semestre de 2021

significativos sobre as demonstrações contábeis e notas explicativas relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2021.

- 2.11. Com base nos resultados da Investigação e de acordo com nosso conhecimento e convicção, o Comitê de Auditoria Estatutário confirma que as demonstrações contábeis, incluindo a divulgação da Investigação efetuada em nota explicativa, estão isentas de quaisquer erros relevantes com relação às Alegações e ao resultado da Investigação apurado até o momento.

3. Conclusões

- 3.1. Dessa forma, o Comitê de Auditoria, com base nos resultados dos trabalhos desenvolvidos no período, reafirma o entendimento de que o Banco da Amazônia mantém políticas e estratégias de gestão de risco e de capital que incluem o gerenciamento de risco operacional, de liquidez, de mercado e de crédito compatíveis com a natureza e a complexidade de suas operações. No entanto, reitera a importância de consecução de melhorias contínuas nessas práticas por meio de revisões periódicas, o que efetivamente já vem ocorrendo.
- 3.2. É relevante reportar que persiste o regime de intervenção na Caixa de Previdência Complementar dos Funcionários do Banco da Amazônia (CAPAF), remanescendo a pendência relativa ao auxílio pós-emprego, com impacto no resultado operacional do Banco. Todavia, o Banco contabilizou provisão suficiente para fazer frente às demandas discutidas na esfera judicial derivadas dos planos de previdência complementar da CAPAF.
- 3.3. O Banco permanece enquadrado em relação ao capital regulamentar. Manteve-se conservador em relação aos riscos de liquidez e de mercado. Além disso, vem aprimorando a gestão integrada dos riscos operacionais e de crédito.
- 3.4. Ademais, o COAUD não recebeu informações que comprometessem a probidade em relação à administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), a gestão dos recursos do Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM), tampouco sobre eventual descumprimento de regras ou regulamentos da área de sustentabilidade ou sobre a atuação da Ouvidoria.
- 3.5. Na conclusão de suas atividades de avaliação, supervisão e monitoramento, e respeitadas as suas atribuições e prerrogativas, o COAUD constatou que o sistema de controles internos mostrou-se adequado ao porte e à complexidade dos negócios do Banco da Amazônia, embora ainda apresente oportunidades de melhoria, em especial na gestão do passivo contingente e dos controles gerais de tecnologia da informação; a Auditoria Interna foi efetiva e desempenhou suas funções com independência técnica, objetividade e qualidade; a Auditoria Independente foi efetiva e não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer sua independência, sendo essas atividades objeto de permanente atenção por parte do Conselho de Administração e deste Comitê.
- 3.6. Além disso, as demonstrações contábeis do semestre findo em 31/12/2021 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as boas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e refletem em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira naquela data. Por essa razão, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração a sua aprovação.



Resumo do Relatório Semestral – Segundo Semestre de 2021

Belém (PA), 30 de março de 2022.

Antonio Carlos Villela
Sequeira
Membro

Luciana Bacci Costa
Membro

Sergio Citeroni
Membro